



8697885

08129.002051/2019-50



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Decisão nº 16/2019/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE

Assunto: JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo Administrativo: 08129.002051/2019-50

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2019

O Pregoeiro do Ministério da Justiça e segurança Pública - MJSP, no exercício das suas atribuições regimentais designada pela Portaria nº 71, de 25 de março de 2019, e por força dos art. 4º, incisos XVIII e XX da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; art. 8º, inciso IV do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e, subsidiariamente, do inciso II do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, apresenta, para os fins administrativos a que se destinam suas condições de decisões acerca do Recurso Eletrônico interposto pela licitante **LILIANE VIRGINIA PARMEGGIANI**, inscrita no CPF sob o nº **362.843.190-53**, doravante denominada Recorrente, em relação à aceitação e habilitação do licitante **DANIEL ELIAS GARCIA**, inscrito no CPF sob o nº **910.192.149-53**, doravante denominada Recorrida, para o **ITEM 08**.

1. DA SÍNTESE FÁTICA

1.1. Cuida-se de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço por item, visando a contratação de Leiloeiros Públicos Oficiais, pessoa física, para a realização de leilão de bens móveis, apreendidos e não leiloados em caráter cautelar, cujo perdimento tenha sido decretado em favor da União, bem como aqueles que podem ser indicados pela Justiça para realização de alienação antecipada, para o período de 12 (doze) meses, visando atender às necessidades da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD).

1.2. O objeto do pregão está disposto da seguinte forma:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	COMISSÃO MÁXIMA ACEITÁVEL (comitente)	VALOR ESTIMADO
1	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Região de Foz do Iguaçu (englobando as localidades de: Céu Azul, Entre Rios do Oeste, Itaipulândia, Matelândia, medianeira, Missal, Ramiândia, Santa Helena, Santa Terezinha do Itaipu, São Miguel do Iguaçu e Serranópolis do Iguaçu), Guaíra e Região (englobando as localidades de: Mercedes e Terra Roxa), Cascavel e região (englobando as localidades de: Anahy, Boa Vista do Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Corbélia, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Lindoeste, Quedas do Iguaçu, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Três Barras do Paraná)	MESES	12	5%	100,00
2	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Mato Grosso do Sul	MESES	12	5%	100,00
3	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Estado do Paraná, com exceção da área indicada no lote 1	MESES	12	5%	100,00
4	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Cidade de São Paulo/SP e região metropolitana	MESES	12	5%	100,00
5	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Estado de São Paulo, com exceção da área indicada no lote 4	MESES	12	5%	100,00
6	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Minas Gerais	MESES	12	5%	100,00
7	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Rio Grande do Sul	MESES	12	5%	100,00
8	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Santa Catarina	MESES	12	5%	100,00

1.3. O Edital foi publicado, tendo sido apresentados pedidos de esclarecimentos, os quais foram devidamente respondidos em tempo hábil.

1.4. A sessão pública para a fase de lances foi aberta no dia e horário designados e após a conclusão da etapa de lances, por meio da sessão pública de sorteio como critério de desempate, restaram classificados os fornecedores na ordem indicada no documento SEI nº 8537321

1.5. Ato contínuo, procedeu-se a convocação da licitante classificada, nos termos do itens 8.1 e 6.1 do Edital, em ordem de classificação, para apresentação da proposta comercial e demais documentos relativos à fase de aceitação e habilitação, conforme tabela abaixo:

ITEM 8		
Classificação		Licitante
1º	Sorteio	DANIEL ELIAS GARCIA
2º	Sorteio	LILIANE VIRGINIA PARMEGGIANI
3º	Sorteio	PAULO ROBERTA WORM
4º	Sorteio	JANINE LEDOLUX KROBEL LORENZ
5º	Sorteio	MICHELE PACHECO DA ROSA SANDOR
6º	Sorteio	LILIAMAR FATIMA PARMEGGIANI PESTANA MARQUES GOMES
7º	Sorteio	ROGER WENNING
8º	Sorteio	RODOLFO DA ROSA SCHONTAG
9º	Sorteio	DIORGES VALERIO JORGE
10º	Sorteio	RENNAN PARMEGGIANI DALL ASTRA
11º	Sorteio	JULIO RAMOS LUZ
12º	Sorteio	ANDERSON LUCHTENBERG
13º	Sorteio	MARCOS ROGERIO ARAUJO SAMOEL
14º	Sorteio	SIMONE WENNING
15º	Comprasnet	EDUARDO ABREU ALVES BARBOSA
16º	Comprasnet	ELIO MONTAGNA JUNIOR

1.6. As documentações e proposta de preço do licitante DANIEL ELIAS GARCIA, para o item 08, foram declaradas em conformidade com o estabelecido no Edital e normas pertinente, nos termos das Notas Técnicas nºs 13/2019/CGPP/DPPA/SENAD/MJ (8582806) e n.º 36/2019/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE/MJ (8619176), resultando na aceitação e habilitação do licitante.

2. DA INTENÇÃO DE RECURSO

2.1. Aberto prazo para apresentação de intenção de recurso no Sistema *Comprasnet*, conforme item 9.1 do Edital, a licitante LILIANE VIRGINIA PARMEGGIANI, inscrita no CPF sob o nº 362.843.190-53, apresentou a seguinte intenção:

"A licitante pretende recorrer do resultado do sorteio, tendo em vista que o licitante vencedor, Sr. Daniel Elias Garcia, deveria ter sido desclassificado ainda na fase de propostas, por ter incluído na descrição do objeto a sua identificação pessoal, infringindo a cláusula 5.13 do Edital e deixando de cumprir o disposto no item 4.5.2. A identificação do licitante na fase de propostas e seu sorteio como vencedor afeta a imparcialidade e isonomia do certame."

3. DA TEMPESTIVIDADE

3.1. Tal como a intenção, o recurso e a contrarrazão foram tempestivamente inseridos no Sistema *Comprasnet* e analisados, tendo em vista a presença dos requisitos de admissibilidade, bem como o direito de ampla defesa e do contraditório, previstos no Edital da licitação e nas normas pertinentes.

4. DO RECURSO

Em linhas gerais a Recorrente LILIANE VIRGINIA PARMEGGIANI alega que alega que Administração não pode descumprir as normas do edital, ao qual se acha estritamente vinculada, nos termos do art. 3º e 41 da Lei nº 8.666/93, seguida, ainda, pelos arts. 43, 44, 46 e 48 do citado diploma legal.

Em resumo, a Recorrente aduz:

(...)

A Recorrente pugna pela desclassificação do licitante Daniel Elias Garcia, CPF 910.192149-53 (Proposta 13 do Item 8, sorteado como 1º lugar), sendo declarado vencedor a própria requerente, que ficou em 2º lugar na ordem de classificação.

O licitante Daniel Elias Garcia, na fase de propostas, incluiu na descrição do objeto A SUA IDENTIFICAÇÃO PESSOAL, infringindo a cláusula 5.13 do Edital e deixando de cumprir o disposto no item 4.5.2, afetando a imparcialidade e isonomia do certame.

A cláusula 5.13 do Edital prevê que "durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE". O edital é claro ao informar que é proibida a identificação dos proponentes.

Além disso, ao informar sua identificação no campo do objeto, o participante referido deixou de cumprir o disposto no item 4.5.2 (abaixo transcrito) pois a Descrição informada não está de acordo com as especificações do Termo de Referência.

4.5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

/.../

4.5.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência

A identificação do licitante perante os demais, justamente quando o mesmo é sorteado em primeiro lugar, afeta a imparcialidade e isonomia do certame, sendo considerado vício insanável, não havendo outra solução, senão a desclassificação do referido proponente, conforme os itens 6.2, 6.2.1 e 6.2.2 do Edital, abaixo colacionados:

6.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

6.2.1. contenha vício insanável ou ilegalidade;

6.2.2. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

A decisão pela manutenção do licitante identificado e do resultado atual do sorteio, quando todos os demais participantes do item 8 concorreram mediante anonimato, viola os princípios constitucionais da Administração Pública que preveem igualdade de condições nas licitações:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

A não desclassificação do licitante identificado viola, também, os princípios da administração pública, constantes na Lei 8.666/93, em seu art. 3º, § 1º, I, como segue:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

§ 1º. É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.

Segundo esses dispositivos, não pode haver licitação com discriminações entre participantes, seja favorecendo determinados proponentes, seja afastando outros ou desvinculando-os no julgamento. A igualdade entre os licitantes é princípio irrelegável na licitação.

Celso A. Bandeira de Mello afirma que "o princípio da igualdade consiste em assegurar tratamento uniforme às pessoas que não sejam entre si diferenciáveis por razões lógicas e substancialmente (isto é, a face da constituição) afinadas com eventual disparidade de tratamento".

Também em razão disso, não foi mantido o caráter competitivo do certame, acabando por transformar o procedimento em instrumento de privilégio, ferindo, assim, o princípio da impessoalidade.

É oportuno registrar que a manutenção do licitante Daniel Elias Garcia no processo licitatório prima por desrespeitar, ainda, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois o Edital deve ser observado na íntegra especialmente no que se refere à vedação expressa de identificação dos licitantes, Edital este pelo qual a Administração Pública está estritamente vinculada.

A base deste princípio está inserida nos artigos 3º e 41 da Lei nº 8.666/93, que com clareza incontestável, dispõem que a Administração não pode descumprir as normas do edital, ao qual se acha estritamente vinculada, seguida, ainda, pelos arts. 43, 44, 46 e 48 do citado diploma legal.

Em face das razões expostas, a Recorrente requer o provimento do presente Recurso para DESCLASSIFICAR o licitante Daniel Elias Garcia, na forma do edital, julgando procedente as razões ora apresentadas, declarando como vencedora a Recorrente, que no sorteio obteve o segundo lugar, passando a assumir a primeira colocação no certame para o item 8 – SANTA CATARINA.

Termos em que, pede deferimento.

(...)

DA CONTRARRAZÃO

II) PRELIMINARMENTE – DA INCOMPETÊNCIA PARA RECORRER

Inicialmente, cumpre observar que para a participação em certame licitatório, o leiloeiro deve estar cadastrado no Estado em que se encontra determinada a área de abrangência da qual concorre.

Trata-se do disposto no art. 25, da Instrução Normativa 17/13 – DREI, in verbis:

Art. 25. O leiloeiro exercerá a sua profissão exclusivamente na unidade federativa de circunscrição da Junta Comercial que o matriculou.

Ademais, a INSTRUÇÃO NORMATIVA - DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DO REGISTRO DO COMÉRCIO - DNRC Nº 113 DE 28.04.2010, também assim normatiza:

Art. 2º O leiloeiro exercerá a sua profissão exclusivamente na unidade federativa de circunscrição da Junta Comercial que o matriculou.

Portanto, observa-se que a Sra. Liliane Virgínia Parmeggiani, ora recorrente, não está cadastrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC como Leiloeira Pública Oficial do Estado de Santa Catarina, conforme Portaria n. 11, de 29/03/2019,

publicada na data de 03/04/2019 no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina (encontrado no seguinte endereço eletrônico <http://www.doe.sea.sc.gov.br/Portal/VisualizarJornal.aspx?p=pap&cd=2114>), pela Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC.

Assim, levando-se em consideração que a leiloeira acima citada não pode participar do Pregão Eletrônico n. 04/2019, do Processo n. 08129.002051/2019-50, para contratação de Leiloeiro Oficial para a realização de Leilão de bens apreendidos pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, no que se refere à área de abrangência do Estado de Santa Catarina, esta também não possui competência para realizar impugnações em face dos Leiloeiros habilitados nas áreas em que se encontra impedida de atuar.

À vista do exposto e em se tratando de recurso interposto por pessoa não competente para tal, trata-se de medida da mais lícita aplicação da legislação em vigor o não julgamento do mérito contido no recurso, com o seu consequente indeferimento de imediato.

III) DA IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

Caso não seja aceita a tese preliminar de incompetência da Sra. Liliene Virgínia Parmeggiani para recorrer do resultado final do pregão Pregão Eletrônico n. 04/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o que se faz por mero amor ao debate, passa-se a discorrer.

No que se refere à tese da Recorrente, no sentido do suposto acometimento à imparcialidade e à isonomia do certame por parte deste Leiloeiro, pela alegação de infringência ao item 5.13 do Edital, cumpre observar o texto nele insculpido:

5. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

[...]

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

De uma breve observância ao contido no item 5.13 do edital, pode-se concluir que quando da realização de divulgação dos lances registrados no pregão, é vedado ao próprio PREGOEIRO realizar a identificação do licitante que ofereceu lance de menor valor e não ao participante.

Tal interpretação se dá, pois uma vez sendo o PREGOEIRO pessoa responsável a informar aos licitantes o valor do menor lance registrado, compete também a ele a não identificação dos participantes que apresentaram até então o melhor lance; referida ocorrência não pode ser motivo de penalidade de quem não foi seu agente causador.

Outrossim, trata-se cristalina a impossibilidade dos interessados no pregão de possuir competência em deixar sua identidade anônima perante os demais participantes, o que confirma a tese de que não houve desrespeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, como faz crer a requerente quando de recurso apresentado frente a habilitação deste Leiloeiro no pregão em comento.

Aliás, de acordo com a Lei n. 10.520/02, que normatiza a modalidade de licitação denominada pregão, mesmo que os nobres julgadores entendam de forma contrária ao ora exposto, cumpre ressaltar que no pregão não existe necessidade de sigilo referente à qualificação dos que nele participam; de modo contrário ao delineado pela recorrente, a norma visa a competente identificação dos participantes no certame:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

[...]

VI - no dia, hora e local designados, será realizada sessão pública para recebimento das propostas, devendo o interessado, ou seu representante, IDENTIFICAR-SE e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame; (grifou-se).

Isso posto, o requerimento de desclassificação pela afetação da imparcialidade e isonomia ao pregão merece indeferimento, uma vez que claro encontra-se o equívoco da recorrente na interpretação do texto explícito em edital, bem como em conformidade com a lei de pregões encontra-se este recorrido.

IV) DA DESCRIÇÃO

Impugna também a Recorrente acerca da identificação deste Leiloeiro, pois relata não estar de acordo com as especificações do Termo de Referência.

Trata-se do item citado pela Recorrente:

4.5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

[...]

4.5.2. Descrição do objeto, contendo as informações SIMILARES à especificação do termo de referência:

4.5.3. Identificação completa do Leiloeiro Público Oficial (nome, endereço, CI, CPF, telefone, email, e número de inscrição na Junta Comercial); (grifou-se).

Verifica-se do delineado acima que a descrição do objeto de licitação preenchido pelo interessado deveria constar informações SIMILARES às especificadas no termo de referência e não necessariamente iguais, a saber, "Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Santa Catarina".

Nobre Sr. Presidente da Comissão, é evidente que se tivesse a obrigação de constar texto igual à descrição composta no objeto da licitação quando do preenchimento dos campos dispostos no site de participação no pregão, não haveria a necessidade dos interessados estarem preenchendo tal item quando de seu cadastro, pois todos seriam iguais.

Ademais, o item 4.5.3 é continuação do delineado no item 4.5.2, portanto, possível é não só a identificação, mas também a qualificação, do Leiloeiro participante na descrição do objeto do pregão.

Assim, com base nos itens citados pela Recorrente não se pode proferir decisão a ela benéfica, com a consequente desclassificação deste Recorrido, que deu lance e foi sorteado como vencedor em igualdade de condições com os demais Leiloeiros, pois não existiu, em nenhum momento, lesão ao bem jurídico da imparcialidade, da impessoalidade e da isonomia do presente processo licitatório, muito menos à igualdade de condições de participar do certame.

V) DO CUMPRIMENTO AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA IMPARCIALIDADE APLICÁVEL AOS PROCESSOS LICITATÓRIOS

A apuração deste Leiloeiro como vencedor do pregão em comento foi realizada em igualdade de condições com os outros interessados mediante sorteio, uma vez que houve empate nas propostas apresentadas ao licitante, ou seja, se tivesse ocorrido escolha mediante preferência entre os participantes, não haveria prorrogação do certame ao sistema de sorteio para a apuração do vencedor.

Apenas para expor o ocorrido, observa-se que dos 16 (dezesesseis) participantes iniciais do pregão, 13 (treze) Leiloeiros apresentaram proposta zerada e, por isso, foram para a fase de sorteio do vencedor, quando só neste momento o Recorrido foi declarado como vitorioso, ou seja, houve total transparência das fases ocorridas no leilão e ninguém pode ser considerado beneficiado por nenhum dos atos ocorridos no processo para apuração de ganhador.

Foram aplicadas as seguintes cláusulas do edital de licitação:

5.19. Ocorrendo o empate das propostas, o desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei n. 8.666, de 1993.

5.20. Persistindo o empate entre as propostas, será aplicado o sorteio como critério de desempate.

5.20.1. O sorteio será realizado na cidade de Brasília/DF, em local e data a serem definidos pelo Ministério da Justiça e Segurança, por meio de sessão pública presencial;

[...]

5.20.5. Para maior transparência da sessão pública presencial, o Ministério da Justiça e Segurança Pública disponibilizará transmissão, ao vivo ou gravada, bem como o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio informará o resultado no sistema Comprasnet.gov (grifou-se).

Assim, pode-se concluir que garantiu-se participação isonômica de todos os licitantes, pois realizada transmissão online e ao vivo do sorteio do respectivo vencedor, não ocorrendo eventual benefício em função da aposição de dados na descrição do objeto, ou qualquer direcionamento ou prejuízo aos licitantes participantes, conforme relata a Recorrente.

VI) DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

a) Preliminarmente, seja o presente recurso indeferido, sem análise de mérito, em função da incompetência da Sra. Liliene Virgínia Parmeggiani em recorrer, por não estar inscrita perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC como Leiloeira Pública Oficial deste estado e por ter apresentado recurso à habilitação do Leilão de bens apreendidos pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, no que se refere a área de abrangência do Estado de Santa Catarina;

b) Alternativamente, caso não seja aceita a tese preliminar ora suscitada, solicita-se o indeferimento do presente recurso de habilitação, tendo em vista este Leiloeiro não ter infringido as normas do edital do Pregão Eletrônico n. 04/2019, cumprindo-se com os princípios da imparcialidade e da isonomia do certame.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

(...)

5. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

5.1. A Recorrente arrazoa que o licitante DANIEL ELIAS GARCIA, na fase de propostas, incluiu na descrição do objeto A SUA IDENTIFICAÇÃO PESSOAL, infringindo a cláusula 5.13 do Edital e deixando de cumprir o disposto no item 4.5.2, afetando a imparcialidade e isonomia do certame. Alega, ainda, que a identificação dos licitantes perante os demais, justamente quando os mesmos são sorteados em primeiro e segundo lugar, afeta a imparcialidade e isonomia do certame, sendo considerado vício insanável, não havendo outra solução, senão a desclassificação dos referidos proponentes, conforme os itens 6.2, 6.2.1 e 6.2.2 do Edital. E ressalta que a decisão pela manutenção do licitante identificado e do resultado atual do sorteio, quando todos os demais participantes do item 8 concorreram mediante anonimato, viola os princípios constitucionais da Administração Pública que preveem igualdade de condições nas licitações.

5.2. Nessa toada, convém ressaltar os dispositivos pugnados, que estão contidos na cláusula nº 4 do Edital, e que versam sobre o envio da proposta no Sistema eletrônico, bem como os campos a serem preenchidos pelo licitante interessado, em destaque:

4. DO ENVIO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.3 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

4.5 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.5.1 O percentual da Taxa de Comissão a ser paga pelo Comitente (Administração) ao Leiloeiro Público Oficial, observado o disposto no item 4 do Termo de Referência, anexo I e item 5 deste Edital.

4.5.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência:

4.5.3 Identificação completa do Leiloeiro Público Oficial (nome, endereço, CI, CPF, telefone, email e número de inscrição na Junta Comercial);

4.5.4 Indicação (Declaração) de que nos preços ofertados já estão inclusos os custos operacionais, tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços (esta declaração poderá ser feita na própria proposta ou mesmo em folha apartada);

4.5.4.1 Na ausência da declaração mencionada no subitem anterior serão consideradas as inclusões mencionadas, não cabendo ao Licitante reivindicação posterior de qualquer espécie

4.5.5 Declaração que o Licitante disponibilizará área para a realização dos Leilões, com a infraestrutura necessária e suficiente ao pleno êxito, como também de solução técnica, com a utilização de tecnologia da informação que permite o recebimento de lances tanto em ato presencial quanto via WEB, simultaneamente (esta declaração poderá ser feita na própria proposta ou mesmo em folha apartada).

4.6 As declarações previstas nos subitens 4.5.4 e 4.5.5 poderão ser feitas na própria proposta ou mesmo em folhas apartadas.

4.7 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada

(...)

5.3. Nessa toada, vale destacar, também, dispositivos contidos na cláusula 5 do Edital, conforme destaca-se:

5. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro

5.6 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item, aferido a partir da menor taxa de comissão a ser paga pelo Comitente (Administração) ao Leiloeiro Público Oficial.

(...)

5.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele

que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
(...)

5.4. Preliminarmente, no que pertine ao envio das propostas previsto na cláusula 4 do Edital, acautela-se que o licitante Recorrido preencheu o comando disposto no item 4.5.3 do Edital, não havendo que se fala em descumprimento ao instrumento vinculatório.

5.5. Por oportuno, cabe aclarar que o Manual do Fornecedor disponibilizado pelo sistema de compras governamentais (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/manuais/pregao/ManualPregaoFornecedor.pdf>), versa sobre o envio das propostas, no item 7.1 (Cadastrar Propostas, págs. 23 - 35), e sobre lances, no item 9 (Lances, pág. 43 - 62), de modo que faz-se relativa distinção entre esses períodos (cadastro de proposta x lances), sendo considerados, portanto, como fases ou etapas distintas. Logo, registra-se que a vedação da identificação refere-se à fase competitiva do certame, quando do oferecimento de lances, conforme dispõe o item 5.13 do Edital.

5.6. Ainda, cabe salientar que no Pregão Eletrônico promovido, os dados referentes à descrição e/ou identificação do licitante não aparecem na tela do pregoeiro no momento da etapa de lances, informação esta disponível a todos somente após o encerramento da fase de lances. Ademais, especificamente no certame em apreço, suplementa-se o fato de ter ocorrido o raro critério de desempate por meio de sorteio público, atendendo à legalidade prevista no art. 45, §2º da Lei 8.666/93, e nos termos das disposições contidas no item 5.20 do Edital e respectivos subitens. Ou seja, conforme disposto na tabela disposta no item 1.5 deste documento, verifica-se que, além da etapa competitiva disposta na etapa de lances, cujas propostas ofertadas equivaleram-se a zero, a Recorrente participou, também, da etapa de sorteio público, como critério de desempate, em igualdade de condições com todos os demais concorrentes.

5.7. Em pleno respeito ao debate ofertado, assegura-se que o sorteio público foi realizado em consonância com os mandamentos previstos em Edital, conforme Ata de Realização de Sessão Pública (8537321), assegurado a todos os termos e condições para acompanhamento pelos interessados e participação dos classificados, respeitada a publicidade dos feitos, com transmissão em tempo real, eletronicamente divulgado por meio do sítio do MISP.

5.8. Averigua-se, portanto, que os fatos narrados nas peças recursais e ocorridos durante a sessão pública não são motivos suficientes para ensejar a revogação e/ou nulidade do procedimento administrativo, além de que feriria o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, trazendo prejuízos à Administração.

6. CONCLUSÃO

6.1. Portanto, não cabe razão às alegações da Recorrente de ter ocorrido mácula aos procedimentos realizados, no que pertine à legalidade, isonomia e imparcialidade na fase de lances, cabendo, inclusive, asseverar que a Recorrente participou em condições de igualdade com as demais, também, na etapa de desempate, por meio de sorteio público, logrando a segunda colocação.

6.2. Analisando a razão recursal da Recorrente em face da contrarrazão apresentada pela Recorrida, bem como da legislação vigente, edital, órgãos de controle, princípios administrativos e com lastro na manifestação da área técnica demandante, verifica-se que **não se afiguram motivos para a reconsideração da decisão de declarar vencedor do Pregão Eletrônico nº 04/2019, ao licitante DANIEL ELIAS GARCIA**, para proceder a sua desclassificação/inabilitação, para o **ITEM 08**, razão pela qual **CONHEÇO DO RECURSO e NEGÓ PROVIMENTO**.

6.3. Submete-se a presente decisão à Autoridade Superior, conforme inciso VII, do artigo 11, do Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO DE OLIVEIRA DA ROSA, Pregoeiro(a) Oficial**, em 16/05/2019, às 16:49, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **8697885** e o código CRC **300E91D0**. O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.